

A seção "O Seu Dinheiro" será publicada na edição do JT de amanhã.

Economia

Alguns acreditam que o País só volta a crescer se passar por uma dura recessão. Outros pensam que não basta mudar o papel do Estado; é preciso modernizar também o setor privado.

Como sair do atoleiro da crise nos anos 90

Que perspectivas existem para o Brasil na próxima década? Embora existam divergências na análise dos economistas sobre os condicionamentos impostos pela economia externa e sobre a capacidade do setor privado, eles convergem para a constatação de que a crise do Estado brasileiro chegou ao auge, impondo a necessidade de profundas alterações no setor público.

Para que haja crescimento, na próxima década, os dois primeiros anos terão de ser marcados pelo realismo, segundo o economista Luiz Paulo Rosenberg, da Rosenberg Consultoria. Serão anos de sofrimento, recessão e desaquecimento econômico, caso o novo governo não queira se ver fragilizado pela hiperinflação. Após o colapso do Brasil recupera, sob condições de crescimento limitado, prevê Rosenberg. "Os outros oito anos serão algo que a gente não vê há muito tempo, já que durante a década de 80 este país trabalhou basicamente para pagar a dívida externa."

O ordenamento da economia brasileira, antes mesmo do ajuste interno, depende de uma solução duradoura para o problema da dívida externa, acredita o secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Luiz Gonzaga Belluzzo. "Eu temo que, diante da impossibilidade de se partir para uma negociação mais duradoura, mais sólida da dívida externa, nós tenhamos que atravessar um período recessivo importante. Mais que isso, que essa recessão não vá produzir os efeitos que seriam desejáveis. Toda vez que se retomar o crescimento, provavelmente vão repontar as pressões inflacionárias se não for resolvida a questão externa." A década de 90, prevê Belluzzo, será "outra década muito difícil".

De outro ponto de vista, Rosenberg sustenta que no momento em que o novo presidente apresentar um plano de governo arruando o crescimento, que aqui dentro as providências foram tomadas, o Brasil não tem a dívida externa será colocado em segundo plano. "A necessidade de gerar megasupera-



Rosenberg: a economia não está doente, mas sim o governo.

vits comerciais vai ser eliminada e isso é um fator de desenvolvimento e de queda da inflação fantástico", acredita Rosenberg. Na próxima década, um dos traços marcantes será o novo papel das exportações, segundo ele. "Vamos continuar estimulando exportações, porém não mais para transferir riquezas para o Exterior."

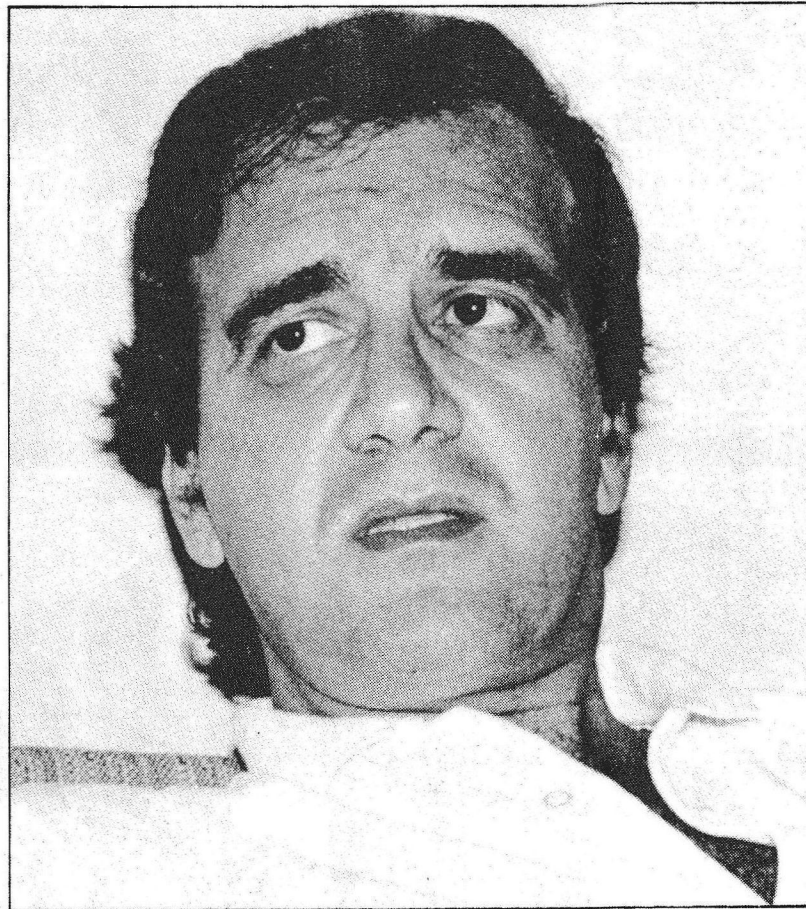
Lentidão

Menos otimista do que Rosenberg, a economista Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, e do Departamento de Economia (Decon) da Fiesp, se confessa "não muito otimista a respeito do futuro". Para ela, na década de 90 o País vai se manter estagnado ou crescendo entre 2,5% e 3% ao ano, como em 89. "Quer dizer, a renda per capita continuará estagnada, a pobreza continua, o País não avança." A razão desse cenário, segundo a economista, é que a sociedade ainda não se convenceu da neces-

sidade de reformas e de mudanças de rumo na economia para se retomar o crescimento.

Nem mesmo uma crise grave, como a hiperinflação, seria suficientemente longa e profunda para fazer as pessoas perceberem que o custo da mudança é menor do que o custo de se manter essa situação, na qual já se criaram mecanismos de defesa. "Nossa percepção da realidade é muito fraca, nossa capacidade de rever erros e mudar rumos é muito lenta", diz Maria Helena Zockun.

As dificuldades que o País enfrentará nos anos 90 decorrem de questões ligadas à modernidade, e ainda não respondidas, na opinião de Belluzzo. Em comparação aos países desenvolvidos, o Brasil entra na década com um atraso relativo maior do que o do início dos anos 50 — um número muito grande de pessoas na faixa de pobreza absoluta e uma alta taxa de analfabetismo, entre 18% e 19%



Belluzzo: empresa brasileira próxima da inglesa do século XIX.

da população, sem contar os semi-alfabetizados.

Proteção excessiva

Do ponto de vista econômico, diz Belluzzo, o atraso brasileiro é menos visível, observando-se a estrutura industrial, porque é uma estrutura relativamente avançada. "Mas está parada nos anos 70", ele pondera. Isso se comprova tanto pela inapetência da empresa brasileira por desenvolvimentos tecnológicos próprios quanto por um grande atraso na estrutura interna de organização e investimento. "A empresa brasileira, hoje, é administrada da mesma forma que as empresas inglesas do Século XIX."

A relação entre Estado e empresa transformou-se numa relação perversa, de apadrinhamento, de proteção, analisa Belluzzo. "O Estado desenvolveu um esforço de estímulo à acumulação dessas empresas, mas não as modificou do ponto de vista interno." Para Belluzzo, o Estado "comprome-

teu-se financeiramente e agora não tem mais condições de ajudar a empresa privada a se reorganizar".

Outra questão não resolvida, em sua opinião, refere-se à integração da economia brasileira na economia mundial. "Todas as características dificultam muito a integração", afirma Belluzzo. Uma das primeiras providências tem que ser a de submeter a empresa brasileira a uma maior concorrência, de seletivamente ir permitindo que certos setores fiquem expostos à concorrência externa. "Mas o maior obstáculo é que nós estamos numa crise crônica do balanço de pagamentos."

A década de 90 será difícil, ainda, acredita Belluzzo, do ponto de vista da vinda de capitais, do financiamento externo da economia. Não só por causa do Leste Europeu, mas também "porque a economia americana vai dar mostras claras de que não vai repetir o desempenho dos anos 80".

Eu só vejo um caminho: uma

profunda reestruturação do Estado e uma profunda modificação na sua inserção no mercado internacional", propõe a economista Maria Helena Zockun, como condição para que o País saia da estagnação. "O Brasil terá que fazer um grande esforço para modernizar o Estado, fazer reformas em profundidade nas instituições, principalmente com maior concorrência dentro do setor público. Mas eu não vejo que a sociedade esteja preparada." Nada indica também, diz a economista da Fipe, que o País vá caminhar no sentido de se modernizar mais de pressa, abrindo o mercado para importações e colocando-se mais na linha da tecnologia internacional, para poder ampliar sua participação nas exportações.

O paradoxo maior do País, segundo Rosenberg, é que a economia não está doente, quem está doente é o governo. E é isso que se vai descobrir amplamente nos próximos dois anos, para os quais ele prevê uma recessão tão ou mais dura do que o período 82-83. "Quem imaginar que possa ser uma recessão suave simplesmente está tentando adoçar a pílula."

O setor privado, diz o economista, está preparado para voltar a crescer. Ele precisa somente de um governo saneado, uma dívida externa recomposta e a eliminação de todo o horizonte de incertezas. "Uma vez eliminado todo esse entulho da Nova República, a retomada do crescimento vai ser feita em bases completamente inéditas no País, com o setor privado liderando o processo. É o setor privado forte que vai arrastar um setor público combatido nesse processo de crescimento."

Para Rosenberg, a cara do futuro crescimento será a da abertura das importações, com alíquotas menores e mais competitividade; abertura maior para o capital privado estrangeiro e um processo de privatização e eliminação de subsídios e renúncias fiscais. O processo de privatização, diz ele, não vai ser feito por ideologia, por se acreditar que a empresa privada é mais eficiente do que a estatal, mas a partir do colapso financeiro do Estado.

Eidi Cescato/AE